

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ECONÔMICAS

**SANTA CATARINA E A PEQUENA EMPRESA: Parceiros do
Desenvolvimento**

**Analisa a participação da Pequena Empresa no Processo de Crescimento Econômico do
Estado, no Período de 1990/94**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para
obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia**

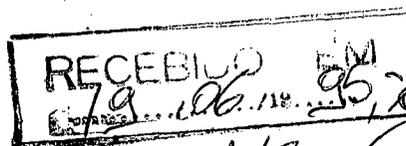
por: ODILON AGENOR DA SILVA

Orientador: Professor Armando de Melo Lisboa

Área de Concentração: Economia Catarinense

**Palavras Chaves: 1) Crescimento Econômico; 2) Pequena Empresa;
3) Economia Diversificada**

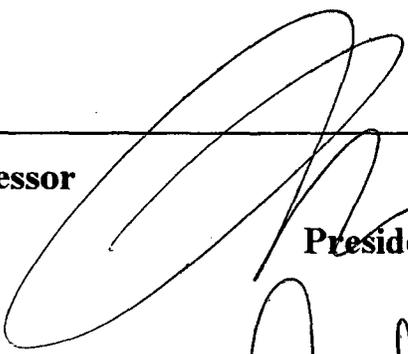
Florianópolis, junho de 1995

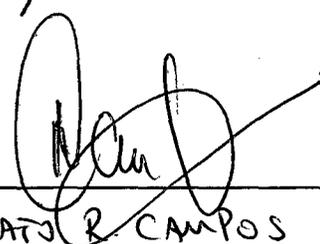


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6,5 ao aluno ODILON AGENOR DA SILVA na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho

Banca Examinadora:

Professor 
Presidente

Professor  RENATO R. CAMPOS
Membro

Professor  Idalberto Molvezzi Aued
Membro

DEDICATÓRIA

*Á DEUS, QUE, PELA SUA BONDADE
INFINITA, PROPORCIONOU-ME TER NASCIDO NUMA
FAMÍLIA HONESTA E DE PAZ.*

AGRADECIMENTOS

- Aos Professores e colegas do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, pelo incentivo e companheirismo demonstrados ao longo do mesmo;

- Aos colegas de trabalho do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

- Aos colegas de Diretoria da ASTJ - Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça;

- Às funcionárias do TELE FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina;

- Aos funcionários da APLAN/BADESC - Área de Planejamento e Estudos;

- Aos funcionários do SEBRAE/SC.; e

- Aos funcionários da ADROBRAS;

O MEU SINCERO MUITO OBRIGADO!

LISTA DE ANEXO

ANEXO 1 - LEI Nº. 9.830, DE 16.02.95 70

LISTA DE QUADROS

1 - SANTA CATARINA, NÚMERO DE INDÚSTRIAS POR PORTE E EMPREGADOS/1988	16
2 - SANTA CATARINA, PARTICIPAÇÃO DOS RAMOS NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL/1985	26
3 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE SANTA CATARINA - SAFRA 92/83 - POSIÇÃO NACIONAL	27
4 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS - 1993	28
5 - VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA - 1990/94 .	28
6 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL DE 1991 A 1993	29
7 - PRINCIPAIS ESTADOS EXPORTADORES DO BRASIL EM 1992 E 1993	30
8 - PARTICIPAÇÃO % DOS SETORES NO PIB CATARINENSE DE 90/93	31
9 - SANTA CATARINA, VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E PIB PER CAPITA 90/94	31
10 - PERFIL DAS MICROEMPRESAS DE SANTA CATARINA	32
11 - O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DIFERENCIADO - IDS	34
12 - MOVIMENTO DE TURISTAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 90/93	38

13 - NÚMERO DE INDÚSTRIAS POR GÊNERO INDUSTRIAL E PORTE EM 1991	40
14 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS 92/93	42
15 - PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 1992 E 1993 ...	44
16 - SANTA CATARINA, NÚMERO DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA POR GÊNERO INDUSTRIAL E PORTE EM 1991 ...	48
17 - NÚMERO DE INDÚSTRIAS POR MACRO-REGIÃO E PORTE EM 1991	49
18 - NÚMERO DE TRABALHADORES POR MACRO-REGIÃO E PORTE EM 1991	50
19 - CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS EM 1992 E 1993	51
20 - EXTINÇÃO DE EMPRESAS (COM BAIXAS REGISTRADAS NA JUNTA COMERCIAL) EM 1992 E 1993	51
21 - EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES FINANCEIRAS POR PORTE DE EMPRESA - 1991/94	58
22 - PARTICIPAÇÃO % NAS CONTRATAÇÕES FINANCEIRAS POR PORTE DE EMPRESAS, FIRMADOS PELO BADESC - 1991/1994 .	59
23 - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE PRODUTOS CATARINENSES EM 1992 E 1993	64
24 - EXPORTAÇÕES CATARINENSES PARA PAÍSES DO MERCOSUL EM 1992 E 1993	65

RESUMO

O Estado de Santa Catarina, com 95 mil Km², representa 1,12% do território brasileiro e está dividido em 260 municípios, dos quais, apenas oito cidades possuem mais de 100 mil habitantes, onde predomina a pequena propriedade. Também é caracterizado pela existência de uma grande número de pequenas e médias indústrias, distribuídas uniformemente por todas as suas regiões, o que o distingue das demais Unidades da Federação por apresentar um modelo econômico equilibrado.

Dispondo de infra-estrutura adequada, recursos naturais e elemento humano de qualidade, suas atividades fabris são bastante diversificadas e bem distribuídas por todo o território, o que o fez conquistar a 6ª posição no valor da transformação industrial e a 5ª no valor das exportações brasileiras, em 1993 e 1994.

As ações governamentais e os Programas de Apoio Financeiro e Tecnológico, contribuíram em muito para a criação de pequenas e médias empresas, as quais representam 98% da capacidade industrial instalada e empregam 58% da mão-de-obra do Estado.

Sua classe empresarial é dinâmica, destacando-se o descendente do povo colonizador europeu, que busca em seu país de origem novos inventos e novas técnicas de produção.

Os hábitos de consumo de sua população, com características rurais, fez com que a indústria de Santa Catarina, direcionasse suas atividades para a produção com a finalidade de competir no comércio exterior.

O Mercosul, desponta como uma mola mestra para a continuidade desse processo de crescimento verificado a partir dos anos 90.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXO	v
LISTA DE QUADROS	vi
RESUMO	viii
CAPÍTULO I - O PROBLEMA	12
1 - INTRODUÇÃO	12
1.1 - Formulação da Situação-Problema	13
1.2 - Objetivos	18
1.2.1 - Geral	18
1.2.2 - Específicos	19
1.3 - Metodologia	20
CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÕES GERAIS	22
2.1 - O Crescimento Econômico de Santa Catarina a partir dos anos 90 ...	24
2.2 - Evolução do PIB (Produto Interno Bruto) a partir dos anos 90	30
2.3 - Fatores que Contribuíram para o Processo de Crescimento Econômico de Santa Catarina, no Período 90/94	32
2.4 - Distribuição dos Pólos Industriais de Santa Catarina	35

CAPÍTULO III - A PARTICIPAÇÃO DA PEQUENA EMPRESA NO PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA - 1990/94	39
3.1 - A Legislação da Pequena Empresa	44
3.2 - Número de Empresas por Ramos Industriais, Porte e Pessoal Empregado	47
3.3 - Constituição e Extinção de Empresas - 1992/1993	51
CAPÍTULO IV - A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA COMO FATOR DECISIVO PARA INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS	53
4.1 - Apoio dos Órgãos Governamentais	55
4.2 - Programas de Apoio Financeiro	56
4.3 - Programas de Apoio Tecnológico	59
CAPÍTULO V - SANTA CATARINA E O MERCOSUL	61
5.1 - Posição Geográfica Privilegiada	62
5.2 - Exportações de Santa Catarina para os Países do Mercosul	64
CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	66
6.1 - Conclusão	66
6.2 - Recomendações	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXO	70
FICHA DE AVALIAÇÃO	74

CAPÍTULO I - O PROBLEMA

1 - INTRODUÇÃO

Situado no extremo sul do Brasil, o Estado de Santa Catarina possui 95,5 mil km², correspondendo a 1,12% do território brasileiro e a 7% do litoral, com 561 km de costa.

De clima tropical, possui grande número de rios e cursos de água que o tornam possuidor de invejáveis recursos naturais. Beneficiado por vários fluxos migratórios de origem estrangeira e de outras regiões do país, que muito contribuiu para a miscigenação da raça: os açorianos, os alemães, os italianos, os suíços, os poloneses, além de outros.

Atualmente, sua população está em torno de 4,5 milhões¹ de habitantes, correspondendo a 3% da população brasileira. Sua população economicamente ativa representa 48,1% do total.

Dividido em 260 municípios, sua população é distribuída uniformemente por todo o território, onde apenas oito cidade possuem mais do que 100.000 habitantes.²

¹ Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda. Geoeconomia de Santa Catarina, abril/1994.

² Idem.

Com base nesta análise verifica-se que o Estado de Santa Catarina, apresenta um padrão econômico diferenciado do sistema econômico nacional, onde predomina o capital externo e estatal. No setor agropecuário, o qual se utiliza de apenas 62% das terras com potencial agrícola e uma estrutura fundiária onde os minifúndios representam mais de 40% da área total das propriedades agrícolas, Santa Catarina é o 5º produtor nacional de alimentos.

Na produção animal destaca-se a suinocultura e criação de aves. Utilizando-se do sistema integrado produtor-indústria, o que possibilitou progressivos avanços na produtividade assegurando presença decisiva no mercado interno e condições cada vez mais competitivas no mercado externo.

A indústria de transformação ocupa posição de destaque no Estado. O valor global exportado passou de US\$ 272,8 milhões em 1977 para US\$ 1.150,0 milhões em 1991, registrando um aumento de 453%. Já em 1992 atinge o valor de US\$ 1.796,5 milhões, o que representa um incremento de 85,0%,³ e em 1993 e 1994, figura em 5º lugar no total das exportações brasileiras.

1.1 - Formulação da Situação-Problema

O Estado de Santa Catarina, com uma área de 95.442,9 km² de superfície e representando 1,12% do território nacional, destaca-se das demais unidades da Federação por sua divisão geográfica em pequenas cidades.

³ Santa Catarina, Prospecto do Governo do Estado, 1992.

Para se analisar e avaliar o crescimento econômico do Estado na presente década, necessário se faz, apresentar um panorama histórico sobre o seu desenvolvimento.

O período que vai da guerra de 1914 à crise de 1929, pode ser considerado o apogeu da indústria “tradicional” no Estado, com destaque para o ramo têxtil. Na década de quarenta houve a inauguração da indústria alimentícia no vale do Rio do Peixe. No período de 1930 a 1950 ocorre a segunda transformação estrutural da economia catarinense com a entrada nos ramos dinâmicos, destacando-se a região de Joinville (metal/mecânico) e o Planalto (madeira e derivados), além de iniciar a “agricultura do tipo capitalista”, com a mecanização do setor primário.

Na década de cinquenta, se observa também a tendência à terceirização com destaque para Florianópolis. Tais mudanças estruturais deve-se ao atrelamento da economia catarinense ao “centro”, isto é, às necessidades da indústria automobilística e a demanda alimentícia decorrente da urbanização. Contudo, são mantidos os aspectos estruturais como território de passagem, pequena propriedade, policultura e exportações diversificadas.

Santa Catarina apresenta-se com um padrão econômico diferenciado do sistema econômico nacional, onde predomina o capital externo e estatal. Sua industrialização é baseada em ramos da indústria tradicional, com recursos financeiros e empresariais próprios. Sob a ótica social, a capacidade de geração de empregos é motivada pelo grande número de pequenas e médias indústrias, gerando empresariado com técnicas e soluções, melhor adaptadas às necessidades brasileiras. Apresenta algumas grandes indústrias, com pequena participação multinacional, especificamente, no ramo madeireiro.

Por outro lado, em 1980, a pequena e média indústria era responsável por 16% do número de estabelecimentos, 30,7% do valor da transformação industrial e 43,7% da mão-de-obra empregada, enquanto a sua localização encontrava-se retratada em cinco eixos:

- 1 - Pólo Metal-Mecânico: Joinville e Jaraguá do Sul;
- 2 - Pólo Têxtil e Vestuário: Blumenau, Brusque e Gaspar;
- 3 - Florestal: Planalto Catarinense;
- 4 - Mineral-Cerâmico: Sul do Estado;
- 5 - Alimentar: Vale do Rio Peixe e Região Oeste.

Em 1994, tal configuração apresenta-se da seguinte forma:⁴

- 1 - Pólo Metal-Mecânico: Joinville e Jaraguá do Sul;
- 2 - Pólo Vestuário e Têxtil: Blumenau, Brusque, Gaspar, Joinville e Jaraguá do Sul;
- 3 - Pólo Agroindustrial: Chapecó, Concórdia e Videira;
- 4 - Pólo Papel e Celulose: Caçador, Canoinhas, Correia Pinto, Lages, Otacilio Costa e Três Barras;
- 5 - Pólo Mobiliário: Rio Negrinho e São Bento do Sul;
- 6 - Pólo Cerâmico: Canelinha, Criciúma, Tijucas e Tubarão.

Há que se registrar ainda, a emergência do Pólo Turismo, com destaque para Balneário Camboriú, Florianópolis e Laguna, principalmente na temporada do verão.

No quadro seguinte, vemos a distribuição do número de indústrias e pessoal empregado, por setores, onde destaca-se a participação de um grande número de pequenas e médias empresas, objeto deste trabalho.

⁴ Secretaria de Estado de Planejamento e Fazenda/Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística, 1994.

QUADRO I - SANTA CATARINA
Número de Indústrias e Empregados

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE INDÚSTRIAS				Número de Empregados
	Pequenas	Médias	Grandes	Total	
IND. EXTRATIVA MINERAL	612	14	7	633	10.985
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	24.677	423	106	25.206	329.242
Prod. De Min. Não Metálicos	2.133	24	14	2.171	29.727
Metalúrgica	1.892	25	9	1.926	24.320
Mecânica	827	34	5	866	26.004
Mat. Elétr. e de Comun.	268	10	4	282	10.862
Mat. de Transporte	292	8	1	301	4.434
Madeira	4.505	56	9	4.570	43.275
Mobiliário	2.116	42	1	2.159	17.967
Papel e Papelão	154	20	5	179	12.087
Borracha	115	2	0	117	1.041
Couros, Peles e Similares	147	2	0	149	1.100
Química	324	8	1	333	3.324
Prod. Farmacêut. e Vet.	21	1	1	23	2.958
Perfumaria, Sabões e Velas	151	0	0	151	151
Prod. de Matérias Primas	216	20	5	241	11.122
Têxtil	828	52	28	908	58.747
Vestuário, Calçados e Tecidos	5.551	55	9	5.615	34.289
Alimentar	3.055	42	10	3.107	35.183
Bebidas	219	5	0	224	2.068
Fumo	41	2	2	45	1.474
Editorial e Gráfica	628	8	0	636	4.200
Diversos	1.194	7	2	1.203	4.909
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.387	33	2	2.422	17.165
TOTAL	27.676	470	115	28.261	357.392

Fonte: Ministério do Trabalho/Rais -88

Obs.: em 15/04/93 ainda não divulgada a Rais 89

Pequenas: Até 100 empregados

Médias: De 101 a 500 empregados

Grandes: 501 empregados ou mais

As razões do surgimento do Estatuto da Microempresa, foi motivo de polêmica entre sindicatos, trabalhadores e lideranças empresariais. Aprovado pelo Congresso Nacional durante a campanha pelas “DIRETAS JÁ”, desviou a atenção daquelas lideranças.

Assim surgiu a Lei nº. 7.256, de 27.11.84, regulamentada pelo Decreto nº. 90.880, de 30.01.85, que tem como base um tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, objetivando facilitar a constituição e o funcionamento de unidades produtivas de pequeno porte, visando o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

De outro lado, o autor de **O ESTATUTO DA (CONTRA A) MICROEMPRESA**,⁵ considerou a Mensagem do Governo João Figueiredo, que enviou aquele Projeto ao Congresso, como um engodo.

Com base no Estatuto da Microempresa, governos dos Estados e dos Municípios criaram Leis específicas, objetivando ampliar os benefícios e isenções às microempresas. O autor relata, que, tais benefícios criam custos e quem os paga?

Em Santa Catarina, no governo de Esperidião Amim, o lema era **GOVERNAR PARA OS PEQUENOS**.

Transcorridos alguns anos, superada a fase da transferência de tecnologia ultrapassada das grandes empresas para as pequenas, a capacidade do pequeno empreendedor e a consciência da sociedade, como um todo, bem como o avanço tecnológico ocorrido, sanou o problema e foi melhorando as condições de vida da pequena empresa.

⁵ MENDES RIBEIRO, C.R. **O estatuto da (contra a) microempresa**, Edit. Alfa-ômega, 1985.

Atualmente, vemos esse ramo produtivo como de grande importância para o crescimento da economia, geração de empregos e o desenvolvimento da sociedade, principalmente em Santa Catarina, que é o que o presente trabalho pretende demonstrar.

Em matéria publicada no Jornal de Santa Catarina, caderno de economia, intitulada *Real gera explosão de microempresas*,⁶ o Presidente da ACIMPEVI (Associação Comercial e Industrial das Micro e Pequenas Empresas do Vale do Itajaí), Haroldo Neitzke, declara que existem só em Blumenau, 6 mil micro e pequenas empresas e que estas absorvem 60% da mão-de-obra do Vale do Itajaí.

Já, com base em dados do IBGE, o SEBRAE estima que existam 130 mil micro e pequenas empresas legalizadas em Santa Catarina, nos ramos da indústria, comércio e prestação de serviços.

Dessa forma, o presente trabalho irá destacar a participação da pequena e média empresa no processo de crescimento econômico do Estado de Santa Catarina, verificado a partir dos anos 90.

1.2 - Objetivos

1.2.1 - Geral

Fazer uma análise da evolução da economia catarinense na década de noventa, destacando a participação da pequena e média empresa nesse processo, os quais representam

⁶ JORNAL DE SANTA CATARINA, n.º. 73, 28.08.94.

98% do total de indústrias instaladas no Estado, o que o fez conquistar a 6ª posição no valor da transformação industrial do país e o 5º no total das exportações brasileiras.

1.2.2 -Específicos

- Destacar a participação da pequena e média empresa nesse processo, como fator decisivo para o crescimento da economia catarinense, no período;

- Verificar, se a diversificação da economia catarinense favorece a participação da pequena e média empresa no crescimento econômico e social do Estado;

- Analisar a criação da legislação pertinente à pequena empresa, Estatuto da Microempresa, e, no âmbito estadual, as adaptações surgidas, destacando-se a Lei nº. 9.830, de 16.02.95, como incentivo à criação de micro e pequenas empresas, com o objetivo de fomentar o crescimento econômico do Estado;

- Avaliar os Programas e Entidades de Apoio tecnológico e financeiro à pequena e média empresa catarinense existentes, para melhorar a qualidade de seus produtos, bem como a sua aceitação no mercado interno e externo;

- Analisar a posição geográfica do Estado, que, num raio de 1.500 km, situa-se como centro do Cone Sul, evidenciando a possibilidade de crescimento econômico privilegiado, dado ao mercado consumidor de 190 milhões de habitantes do MERCOSUL.

1.3 - Metodologia

Este trabalho analisa o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, na década de noventa, dando ênfase à participação da pequena e média empresa nesse processo.

Para se alcançar os objetivos aqui propostos realizou-se uma análise das características regionais do Estado, aliado à diversificação de sua produção nos diversos setores da economia.

A obtenção dos dados foi feita através de pesquisa em diversos livros, revistas, jornais e textos especializados, além do levantamento de informações junto a diversos órgãos e entidades, como: SEBRAE, FIESC, SESI, SENAI, SEPLAN e BADESC.

A estrutura deste trabalho está definida em Capítulos, Títulos e Seções, onde são desenvolvidos os objetivos e demonstrados os resultados obtidos através das pesquisas acerca do crescimento econômico e social do Estado nos anos noventa, decorrentes da participação da pequena e média empresa.

No decorrer deste trabalho, desenvolvido como disciplina acadêmica CNM 5420 - Monografia -, são apresentadas as perspectivas de desenvolvimento econômico e social do Estado, como centro do Cone Sul, posição privilegiada do MERCOSUL, o quarto Bloco Econômico do mundo.

As ações governamentais empreendidas nesse sentido são avaliadas dentro da teoria do crescimento econômico bem como, a avaliação da capacidade empresarial da pequena e média empresa, e as inovações tecnológicas empregadas na sua produção está configurada ao

longo do trabalho, onde se justifica o desempenho e a contribuição que a pequena e média empresa tiveram no crescimento econômico do Estado, como um todo, nos anos 90.

CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Desde os economistas clássicos, a teoria do crescimento econômico ocupou posição de destaque em seus modelos. A construção neoclássica repousa na acumulação de capital, na variável demográfica e no processo tecnológico.

“É o progresso tecnológico, e não o investimento, o verdadeiro motor do crescimento.” (Julian M. Chacel)⁷

O papel do Estado na economia, para permitir a concentração da sua capacidade de investir em educação, saúde e infra-estrutura é de ser revisto nesse processo, pois é do conhecimento que se passa às inovações, seja por absorção, seja por criação própria, inovações que são, em definitivo, o elemento de impulsão do crescimento econômico.

“O crescimento não é gratuito. Não ocorre por acaso. É preciso deliberá-lo, trabalhar duramente por sua realização, politicamente optar por perseguí-lo e alcançá-lo”. (Paulo Rabelo de Castro)⁸

⁷ A Última Década. Ensaios da Fundação Getúlio Vargas sobre o desenvolvimento brasileiro nos anos 90, FGV, 1993.

⁸ Idem.

Nesse sentido, o Estado de Santa Catarina esteve na vanguarda, através da implementação de Planos e Ações que propiciassem o seu crescimento. Numa publicação da Secretaria da Indústria e Comércio, "POSIÇÃO: A Grandeza da Empresa Catarinense, 1982", o Governo do Estado preconiza que é imprescindível o engajamento de todos os parceiros sociais, não só um esforço de trabalho, mas, principalmente, um esforço de imaginação capaz de indicar conduta mais vantajosa para toda a sociedade.

Embora a década de 80, para o Brasil tenha sido considerada como a "DÉCADA PERDIDA", para Santa Catarina o crescimento real do PIB no ano de 1980 foi de 12,1%, onde o setor agrícola foi o grande dinamizador da economia.⁹

Na década de 90, Programas de Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, industrial e comercial, com a conseqüente geração de empregos e aumento da produção e produtividade, foram resultados concretos de ações governamentais da última administração no Estado.

"Foram estabelecidas as diretrizes para o futuro, dando-se passos irreversíveis para que Santa Catarina acompanhe as tendências mundiais e, inclusive, com sua capacidade produtiva, apresente-se como novo parceiro para o emergente comércio exterior e exigente mercado consumidor internacional."¹⁰

Dentro da teoria do crescimento econômico, Santa Catarina enquadra-se, perfeitamente, em todos os requisitos que esse processo pressupõe, ou seja:

1 - Nível do Índice de Saúde e Educação (IDS), no 1º Grupo que representa Alto Desenvolvimento; (Quadro 11)

2 - Capacidade Empresarial dinâmica e inovadora;

⁹ POSIÇÃO: A Grandeza da Empresa Catarinense, Secretaria da Indústria e Comércio, 1982.

¹⁰ SANTA CATARINA. O Brasil que a gente quer. Publicação do Governo do Estado, 1993.

3 - O Estado é dotado de infra-estrutura de modo satisfatório, em termos de malha rodoviária, ferroviária, portos, telecomunicações e energia;

4 - Nível tecnológico do seu parque fabril - em 1994 10 empresas possuíam o Certificado ISO-9000;¹¹

5 - Mão-de-obra qualificada, através de treinamento dentro das próprias empresas, ou mesmo, pelo SENAI e pelo SESI.

2.1 - O Crescimento Econômico de Santa Catarina a partir dos anos 90

A diversidade das atividades industriais, a distribuição das atividades produtivas por todo o território catarinense e o elemento humano de qualidade, conferem ao Estado um modelo econômico equilibrado, garantindo o 2º PIB industrial per capita e o 5º lugar nas exportações nacionais.

Em 1993, Santa Catarina exportou 2,2 bilhões de dólares superando o Rio de Janeiro. Em 1994, manteve a mesma posição com exportações no valor de 2,4 bilhões de dólares.

O seu parque fabril conta com 46.646 empresas e 316.305 funcionários e cresce, em média, 8% a 10%.¹²

Segundo empresário ligado à Direção da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina), o empresário catarinense sempre viajou para o seu país de origem (povo europeu colonizador), principalmente o descendente do alemão, o que destaca como um ponto bastante positivo, pois o empreendedor traz dos países europeus a qualidade e a modernização.

¹¹ CADERNO DE ECONOMIA. Diário Catarinense, 20.11.94.

¹² SANTA CATARINA EM DADOS, FIESC, 1993.

A posição conquistada pelo Estado nas exportações brasileiras foi acentuada pelo interesse dos empresários em investir na qualidade e competir com produtos de outros estados ou países.

A participação de empresários catarinenses em Feiras Nacionais e Internacionais também contribuiu para aumentar a competitividade. Várias empresas catarinenses capacitaram-se para obter o Certificado ISO-9000; as que ainda não o obtiveram estão criando condições para recebê-lo a fim de que a economia de Santa Catarina continue crescendo.

Além das indústrias têxteis, agroindustriais e metal-mecânica, entre outras que se destacam na produção e exportação, já se pode agregar a área de serviços, com o crescimento dos investimentos em turismo e lazer. Emergem ainda, no Estado, duas novas atividades econômicas: O Software em Blumenau e Joinville e a eletrônica, que está ganhando corpo em Florianópolis.

De acordo com empresários entrevistados, a diversidade da economia catarinense é muito importante pois equilibra os setores. Quando o setor têxtil se retrai, a indústria metal-mecânica apresenta um incremento maior; quando o segmento do metal se retrai, o setor alimentar sempre vende.

O Quadro abaixo mostra a participação dos ramos no Valor da transformação Industrial (dados de 1985).

QUADRO II - SANTA CATARINA

Participação dos ramos no Valor da Transformação Industrial

DISCRIMINAÇÃO	PESO SOBRE A INDÚSTRIA CATARINENSE	PESO SOBRE A INDÚSTRIA BRASILEIRA⁽¹⁾	CLASSIFICAÇÃO
Indústria Extrativa e de Transformação	100,00	3,70	6º
Indústria Extrativa	3,22	1,36	5º
Indústria de Transformação	96,78	3,93	6º
Produtos de Minerais não Metálicos	5,74	5,42	5º
Metalúrgica	5,56	1,85	7º
Mecânica	8,65	3,81	5º
Material Elétrico e de Comunicação	3,77	2,02	8º
Material de Transporte	1,65	1,04	7º
Madeira	6,32	16,21	3º
Mobiliário	3,19	9,03	3º
Papel e Papelão	4,94	6,83	3º
Borracha	0,18	0,41	11º
Couros, Peles e Produtos Similares	0,33	2,20	7º
Química	2,35	0,55	10º
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,25	0,60	4º
Perfumaria, Sabões e Velas	0,04	0,18	13º
Produtos de Matérias Plásticas	5,07	9,17	3º
Têxtil	11,50	7,84	3º
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	13,19	10,33	3º
Produtos Alimentares	18,94	6,40	5º
Bebidas	0,50	1,64	11º
Fumo	2,57	13,67	2º
Editorial e Gráfica	0,56	1,17	8º
Diversos	1,50	2,28	7º

Fonte: IBGE

(1) Peso de cada setor industrial catarinense sobre igual setor brasileiro.

Obs.: Dados do censo industrial de 1985 (último disponível pois o censo industrial de 1990 ainda não foi realizado pelo IBGE).

O Estado de Santa Catarina, apresenta-se em 1992 e 1993, como o 5º produtor nacional de alimentos:

QUADRO III - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE SANTA CATARINA

Safra 1992/93 - Posição Nacional

PRODUTOS	POSIÇÃO NACIONAL	% PARTICIPAÇÃO SC/BR
Maçã	1	58,3
Alho	1	30,2
Feijão	1	17,3
Cebola	2	25,8
Fumo	2	39,2
Banana	3	8,7
Arroz	4	6,0
Trigo	4	3,8
Batata	5	19,9
Milho	5	10,6
Mandioca	7	4,6
Tomate	7	4,3
Soja	9	2,3

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda. Geoeconomia de Santa Catarina, Abril/94.

QUADRO IV - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS**1993 - Santa Catarina**

PRODUTOS	VALOR US\$
Tecido, vestuário e calçados	358,9 milhões
Carne de Aves	330,0 milhões
Equipamentos elétricos	292,7 milhões
Madeira e derivados	199,9 milhões
Soja e derivados	153,6 milhões
Pisos e azulejos	97,8 milhões
Fumo	76,3 milhões
Papel e Papelão	54,3 milhões
Carne de Suínos	48,6 milhões

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda, Geoeconomia de Santa Catarina, abril/94.

QUADRO V - VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA**1990/1994 - US\$ 1.000 FOB**

ANO	SANTA CATARINA	BRASIL	%	SC/BR POSIÇÃO RELATIVA
1990	1.457.349	31.413.756	4,64	8º
1991	1.509.783	31.620.459	4,77	8º
1992	1.896.581	35.861.525	5,01	6º
1993	2.200.833	38.782.679	5,67	5º
1994*	2.404.813	-	-	5º

Fonte: Desenvolvimento, Econômico, Científico e Tecnológico

Os maiores ramos industriais em geração de renda para Santa Catarina são:

1 - Produtos alimentares

19%

2 - Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	13%
3 - Têxtil	12%
4 - Mecânico	9%
5 - Madeira	6%
6 - Outros	41%

Fonte: SANTA CATARINA EM DADOS, FIESC, 1993.

QUADRO VI - SANTA CATARINA

Taxa Anual de Crescimento da Produção Física Industrial de 1991 a 1993

INDÚSTRIA	ANOS					
	1991		1992		1993	
	SC	BR	SC	BR	SC	BR
Geral	1,79	-0,51	-3,96	-4,69	7,43	9,59
Extrativa	-1,48	0,32	-25,29	-0,22	-7,22	1,49
Transformação	1,84	-0,55	-3,63	-4,94	7,60	10,06
Produtos de Minerais não Metálicos	-5,69	1,47	3,86	-8,50	7,86	5,82
Metalúrgica	-4,38	-0,05	-8,11	-0,76	25,93	12,01
Mecânica	7,23	-11,41	-18,68	-9,62	21,25	17,35
Material Elétrico e de Comunicação	19,62	-4,52	-14,16	-18,40	14,15	29,37
Papel e Papelão	2,60	5,62	0,23	-0,96	9,21	5,00
Química	-19,43	4,32	-11,21	-2,09	-6,69	4,14
Produtos de Matérias Plásticas	0,20	-1,14	-0,26	-9,79	-14,40	9,03
Têxtil	-0,12	-5,28	-5,68	-4,04	-1,03	6,39
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	-18,11	-13,19	-3,33	-13,91	16,95	8,09
Produtos Alimentares	14,03	4,06	8,79	-0,68	2,29	00,9
Bebidas	0,49	4,98	-7,90	-18,10	0,57	4,19
Fumo	3,18	1,48	21,54	4,80	5,76	0,68

Fonte: IBGE

QUADRO VII - SANTA CATARINA

Principais Estados Exportadores em 1992 e 1993 (1000 US\$ FOB)

DISCRIMINAÇÃO	1993 (A)	PART. %	1992 (B)	PART. %	VAR. %A/B
São Paulo	13.396.542	34,54	13.295.966	37,08	0,76
Rio Grande do Sul	5.212.104	13,44	4.39.230	12,10	20,12
Minas Gerais	5.013.748	12,93	4.829.243	13,47	3,82
Paraná	2.489.469	6,42	2.110.055	5,88	17,98
Santa Catarina	2.200.833	5,67	1.796.581	5,01	22,50
Rio de Janeiro	2.106.475	5,43	1.897.077	5,29	11,04
Outros	8.363.508	21,57	7.593.373	21,17	10,14
Total Geral	38.782.679	100,00	35.861.525	100,00	8,15

Fonte: SECEX/DTIC/Sistema Alice - Elab: STM/GEACE

Em 1994, Santa Catarina exportou 2,4 bilhões de dólares, mantendo-se na 5ª posição entre os demais Estados brasileiros.

2.2 - Evolução do PIB (Produto Interno Bruto) a partir dos anos 90

O Produto Interno Bruto (PIB) catarinense, em 1993, ficou composto 18% pelo setor primário (agropecuário), 43% pelo secundário (indústria) e 39% pelo terciário (comércio e serviços). Este peso maior do setor secundário mostra a importância do parque fabril catarinense que conta, atualmente, com 47 mil estabelecimentos e emprega 365 mil trabalhadores.

De 1985 a 1993 a economia catarinense apresentou uma taxa de crescimento média anual de 2,45%, ainda que em um ambiente de elevada inflação a nível nacional.

QUADRO VIII - SANTA CATARINA*Participação % dos setores no PIB Catarinense, de 1990/94*

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVICOS	TOTAL
1990	16,55	43,40	40,05	100,00
1991	15,50	43,93	40,57	100,00
1992	18,79	41,57	39,64	100,00
1993	17,81	42,77	39,42	100,00
1994	17,93	42,90	39,18	100,00

Fonte: SPF/SC e CODESC

QUADRO IX - SANTA CATARINA*Valor Bruto da Produção e PIB Per Capita - 1990/1994*

ANO	VALOR EM DÓLARES (US\$ 1.000)	POPULAÇÃO RESIDENTE	PIB PERCAPITA 90/94 (US\$/Hab.)
1990	16.901.104	4.536.433	3.726
1991	14.256.335	4.538.248	3.141
1992	15.073.354	4.629.008	3.256
1993	17.657.890	4.721.599	3.740
1994	23.312.535	4.816.028	4.799

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda

O PIB per capita que em 1990 foi de US\$ 3.726,00 hab. passou para US\$ 4.799,00 hab., em 1994.

QUADRO X - SANTA CATARINA

Perfil das Microempresas

FATURAMENTO	Comercial: até 50 mil UFIRs Industrial: até 65 mil UFIRs
Geração de Empregos	600 mil
Nº de Estabelecimentos	90 mil cadastrados 60 mil ativas
Participação no PIB/SC	40%

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda/SEBRAE/SC

2.3 - Fatores que Contribuíram para o Processo de Crescimento Econômico de Santa Catarina, no Período de 1990/94

“Um Estado privilegiado pela natureza e pelo trabalho de seu povo. Assim é Santa Catarina que, embora ocupe apenas 1,12% do território brasileiro e 3% da população do país, ocupa lugar de destaque no processo de desenvolvimento nacional com forte contribuição do setor industrial”. (Santa Catarina em Dados FIESC, 1993)

Dentre os fatores que contribuíram para esse processo de crescimento econômico verificado em Santa Catarina, no período de 1990/1994, destacam-se:

2.3.1 - Os solos de fertilidade natural elevada ocupam uma área de 21% da superfície do Estado, podendo ser utilizados, praticamente, para qualquer tipo de cultivo, inclusive os anuais.

2.3.2 - O clima, que depende da atuação das massas de ar intertropicais e polares, cuja combinação define o caráter mesotérmico do mesmo. Predominantemente subtropical, úmido e com temperaturas médias que variam entre 13° C e 25° C. As chuvas são bem distribuídas no território devido a força dessas massas.

2.3.3 - A hidrografia do Estado também é outro fator que contribui para a exploração dos recursos naturais.

2.3.4 - Santa Catarina, em relação aos demais Estados da Federação, possui um sistema de saúde e de educação classificados entre os melhores, o que possibilita a formação de mão-de-obra qualificada.

O quadro abaixo mostra o Índice de Desenvolvimento Social Diferenciado, onde Santa Catarina apresenta-se no 1º Grupo, isto é, apresenta Alto Desenvolvimento.

QUADRO XI - O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DIFERENCIADO

Composição dos Grupos de Estados segundo índices de saúde, educação e renda, 1980/84-

90

GRUPOS	Índice de Saúde	Índice de Educação	Índice de Renda	Índice de Desenvolvimento Social		
				Posição	1980/84	1990
1º Grupo Alto Desenvolvimento	RS	DF	SP	1º	DF	DF
	ES	RJ	DF	2º	RS	SP
	SC	SP		3º	SP	SC
		RS		4º	SC	RS
		SC				
2º Grupo Médio Desenvolvimento	DF	PR	SC	5º	RJ	RJ
	PR	ES	MT	6º	MT	MT
	MS	MS	RS	7º	MS	PR
	SP	MG	RJ	8º	ES	MS
	MT	GO ^a	PR	9º	PR	ES
	RJ	MT	MS	10º	GO ^a	MG
	MG			11º	MG	GO ^a
3º Grupo Baixo Desenvolvimento	PI	PE	GO ^a	12º	BA	SE
	SE	RN	SE	13º	SE	BA
	BA	PB	MG	14º	MA	PE
	MA	BA	ES ^b	15º	PE	RN
	RN	SE	AL	16º	AL	PI
	CE	CE	PE	17º	RN	CE
	PE	AL	BA	18º	PI	MA
	PB	MA	RN	19º	PB	AL
	AL	PI	PB	20º	CE	PB
			CE			
		MA				
		PI				

Fonte: Tabelas 5, 6, 7 e 8 in: Prates, Maria Cecília. O IDS e o desenvolvimento social nas grandes regiões e nos Estados Brasileiros (Texto para discussão CEEG 04/94).

a. Inclui o estado de Tocantins.

b. No segundo grupo, em 1984.

O resultado global do IDS, obtido a partir da média simples dos índices de saúde, de educação e de renda, revelou que no 1º grupo estão o Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nesta ordem (1990).

2.3.5 - O alicerce das atividades econômicas de Santa Catarina veio do povo europeu colonizador (açorianos, alemães, italianos), através da transferência de seus conhecimentos e espírito empreendedor. Atualmente, os descendentes desses colonizadores buscam, com frequência em seus países de origem, novos inventos e novas técnicas de produção, propiciando um novo impulso à economia catarinense.

2.3.6 - A diversificação das atividades fabris, a distribuição das atividades produtivas por todo o território catarinense e o elemento humano de qualidade, conferem ao Estado um equilibrado modelo econômico.

2.4 - Distribuição dos Pólos Econômicos de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina apresenta seu perfil econômico, distribuído em cinco pólos distintos, basicamente retratados por suas regiões.

2.4.1 - O Pólo Industrial Dinâmico

Localizado no litoral norte, a indústria pesada eletro-metal-mecânica, do material de transporte e matérias plásticas, respondem por 25% da renda gerada pela indústria catarinense e empregam 71 mil pessoas nas suas 5.700 empresas. Do setor mecânica parte um dos principais produtos de nossa pauta de exportações que são os motocompressores

herméticos para refrigeração doméstica, responsáveis em 1993 por 212 milhões de dólares (9,6% das exportações do Estado).

2.4.2 - O Pólo Industrial Tradicional

Localizado principalmente no Vale do Itajaí, as indústrias têxteis e do vestuário, calçados e artefatos de tecidos, respondem por 25% do valor da transformação industrial catarinense. Este segmento ocupa a terceira posição a nível nacional, emprega 97 mil trabalhadores (30% da mão-de-obra na indústria de transformação catarinense), distribuídos por 12.700 empresas também presentes em outras regiões do Estado. Em 1993 foi responsável por 16% das exportações catarinenses, totalizando 359 milhões de dólares.

2.4.3 - O Pólo Industrial Florestal

Localiza-se desde Lages até Canoinhas, onde destacam-se as indústrias madeireiras, do papel e papelão e mobiliário, incluindo Mafra, Rio Negrinho e São Bento do Sul. Estes três segmentos contribuem com 14% no valor transformado pela indústria no Estado e empregam 63 mil pessoas em 9.800 estabelecimentos.

As exportações de papel, em 1993, correspondem a 2,5% das efetuadas por Santa Catarina, as de móveis 5% e as de madeira 4%.

2.4.4 - O Pólo Industrial Mineral

Está situado na Região Sul do Estado em função das riquezas minerais existentes no local como o carvão, o caulim e a argila. Santa Catarina é o maior produtor de carvão mineral do país, partindo daqui mais de 65% da produção nacional. O caulim e a argila são matérias-primas para a indústria de pisos e azulejos, cuja qualidade é reconhecida mundialmente. Aqui são produzidos aproximadamente 100 milhões de metros quadrados de cerâmica para revestimento por ano. Em 1993 foram exportados 98 milhões de dólares de ladrilhos e azulejos, representando 4,4% das exportações catarinenses.

A indústria extrativa (carvão), a de minerais não-metálicos (cerâmica, cristal, carvão e cimento) são responsáveis por 9% do valor da transformação industrial de Santa Catarina e empregam 29 mil trabalhadores distribuídos por 4.000 empresas.

2.4.5 - Pólo Agroindustrial

Encontra-se localizado no oeste, integrado entre a lavoura, a criação e a indústria. Na primeira, destaca-se o milho e a soja, na criação, suínos e aves e na indústria os frigoríficos.

A indústria alimentar responde por 19% da renda gerada em nosso parque fabril e emprega 46 mil pessoas nos seus 3.800 estabelecimentos.

Na pauta de exportações do Estado, o farelo da extração do óleo de soja representou 6% e os produtos animais 17% do total exportado em 1993.

Dentre as atividades produtivas de Santa Catarina, como fonte geradora de crescimento econômico, há que se destacar a atividade turística como fator de grande importância para o crescimento do Estado. Na região litorânea, destacam-se Balneário Camboriú, a Capital e Laguna, entre outras.

No planalto serrano, as baixas temperaturas atraem turistas de todos os lados, quer pela atratividade da neve, bem como as Festas Promocionais em função dos produtos daquela região: Festa da Maçã (São Joaquim) e Festa do Pinhão (Lages), entre outras.

Nas regiões de colonização alemã, as atividades turísticas concentram-se nas Festas Tradicionais como OKTOBERFEST, MAREJADA, FENARRECO, FENACHOPP, Festival de Danças, etc, atraindo turistas do país e do exterior.

No ano de 1990, o potencial turístico do Estado atraiu 1,3 milhão de pessoas, sendo 1,1 milhão de brasileiros e 200 mil estrangeiros, gerando uma receita na ordem de 200 milhões de dólares, o que equivaleu a 16% do PIB Estadual e a 15% das exportações anuais.

QUADRO XII - MOVIMENTO DE TURISTAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

1990 - 1993

ORIGEM	1990	1991	1992	1993
NACIONAIS	1.100	956	1.091	1.205
ESTRANGEIROS	200	146	247	378
TOTAL	1.300	1.102	1.339	1.583

Fonte: SANTUR

CAPÍTULO III - A PARTICIPAÇÃO DA PEQUENA EMPRESA NO PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA, A PARTIR DOS ANOS 90

Santa Catarina apresenta-se com um padrão econômico diferenciado do sistema econômico nacional, onde predomina o capital externo e estatal. Sua industrialização é baseada em ramos da indústria nacional, com recursos financeiros e empresariais próprios. Sob a ótica social, a capacidade de geração de empregos é motivada pelo grande número de pequenas e médias indústrias, gerando empresariado com técnicas e soluções, melhor adaptadas às necessidades brasileiras.

Nesse contexto, dentro da teoria de Schumpeter, o desenvolvimento irá acontecer simplesmente a partir da capacidade do empresário, onde destaca a figura de um administrador audacioso que é capaz de dinamizar os setores da economia através de “novas combinações” de fatores de produção para produzir outros bens ou até mesmo, através de “novos métodos” de produção para produzir os mesmos bens.¹³

¹³ SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*, Nova Cultural, 1988.

Seguindo esse raciocínio, o Caderno de Economia do Diário Catarinense de 10.04.94, afirma o seguinte:

“Qualquer tentativa é válida para fugir da recessão. A saída que os catarinenses têm encontrado para aumentar seus ganhos é chamar pela criatividade e, com pouco dinheiro, procurar estabelecer pequenos negócios ou as chamadas microempresas.”

O quadro abaixo mostra o número de indústrias por gênero industrial e porte em 1991.

QUADRO XIII - SANTA CATARINA

Número de Indústrias por Gênero Industrial e Porte em 1991

GÊNERO	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	TOTAL
Indústria Extrativa Mineral	837	51	06	04	898
Indústria de Transformação	35.562	2.503	399	97	39.561
Produtos de Minerais não Metálicos	2.778	230	24	09	3.041
Metalúrgica	2.859	119	23	07	3.008
Mecânica	1.120	167	35	04	1.326
Material Elétrico e de Comunicação	560	34	11	03	608
Material de Transporte	362	43	09	01	415
Madeira	5.651	521	52	05	6.229
Mobiliário	3.101	239	30	02	3.372
Papel e Papelão	132	56	19	05	212
Borracha	131	15	03	-	149
Couros, Peles e Produtos Similares	220	15	01	01	237
Química	448	33	07	01	489
Produtos Farmacêuticos e Veter.	33	08	01	01	43
Perfumaria, Sabões e Velas	288	05	-	-	293
Produtos de Matérias Plásticas	309	49	27	03	388
Têxtil	1.151	109	49	24	1.333
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	10.921	410	54	14	11.399

Produtos Alimentares	3.453	262	38	14	3.767
Bebidas	273	35	04	01	313
Fumo	55	15	01	01	72
Editorial e Gráfica	990	89	06	-	1.085
Diversos	1.727	49	05	01	1.782
Utilidade Pública	381	56	20	05	462
Construção Civil	6.020	328	30	02	6.380
Total	43.800	2.938	455	108	47.301

Fonte: Rais 91

Obs: Ainda não disponível a Rais/92, segundo o Ministério do Trabalho.

Verifica-se que a microempresa participa com 43.800 estabelecimentos e a pequena com 2.938, totalizando 98% sobre o total de indústrias instaladas em Santa Catarina no ano de 1991.

A partir dessa constatação, pretende-se analisar e demonstrar a participação da pequena empresa nesse processo de crescimento econômico verificado em Santa Catarina a partir de 1990.

Com base no quadro 14 onde se relaciona os principais produtos exportados em 1992 e 1993, constata-se que os mesmos foram produzidos por grandes empresas, num total de US\$ 1.226.831.206 em 1992 e US\$ 1.474.073.086 em 1993.

Por outro lado, no item OUTROS, verifica-se que em 1992, tais produtos representaram US\$ 569.750.341, com uma participação sobre o total de 31,71% em 1992 e em 1993, US\$ 726.760.400, equivalente a 33,02% sobre o total das exportações.

Ainda, na mesma análise, a posição relativa 92/93 para tais produtos, notadamente oriundos da pequena e média empresa, constata-se um percentual de 27,56%.

QUADRO XIV - SANTA CATARINA

Principais Produtos Exportados em 1992 e 1993

DISCRIMINAÇÃO	1993 US\$ FOB	1992 US\$ FOB
Motocompressor hermético p/ refriger./BE	211.943.196	184.198.495
Carne de galo/Frango/gal., n/cortados, congel.	178.057.062	122.278.455
Farelo da extração de óleo de soja	139.095.780	143.389.527
Roupas de toucador, de tec. Atoalhado, de	132.547.313	109.193.906
Carne de galo/frango/gal., em pedaços, cong.	122.897.741	109.088.836
Carnisetas/camisetas interiores, de malha	72.615.496	60.506.696
Fumo (tabaco) destalado, curado em estufa	58.777.064	73.721.833
Azulejo e ladrilho, de cerâmica, decorado	57.004.545	39.579.317
Móveis de madeira, utilizados em quartos	48.603.047	24.049.186
Outras carnes de suíno, congeladas	48.573.301	35.937.464
Papel/cartão p/ cobertura "Krafliner", cru	45.837.567	50.367.372
Outros móveis de madeira	44.474.943	20.200.624
Azulejo e ladrilho, de cer. Exc. Decorado	40.828.592	28.627.912
Refrigeradores de compressão de uso domést.	35.306.884	25.089.263
Portas e respct. Caixilhos/alizares/solei	35.170.567	35.182.479
Açúcar refinado, mesmo em tabletes	30.378.799	16.455.816
Carne de peru/perua, em pedaços e miúdos cong	29.055.604	26.910.734
Roupas de mesa, de algodão	24.875.786	22.406.274
Motor eletr, corr. alt. Trifas c/rotor gaiol	23.374.234	21.873.115
Roupões banho/robes/etc, de alg, uso masc.	20.813.160	21.859.319
Carroçarias e cabinas, p/ ônibus e microon.	19.494.331	9.416.720
Acessórios p/ tubos de ferro fund. Malea.	18.660.286	18.077.053
Sapatos de couro nat., sola n/ couro, uso.	17.911.474	14.686.847
Roupões banho/robes/etc., de alg., uso femin.	17.776.314	13.733.963
Outros	726.760.400	569.750.341
TOTAL das Exportações no Período	2.200.833.486	1.796.581.547

Fonte: SECEX/DTIC/Sistema Alice - Elab: STM/GEACE

Historicamente a economia catarinense é baseada na microempresa. A escassa presença de multinacionais e de estatais está ligada a uma herança colonial.

“As microempresas surgiram na época da colonização do Estado e se proliferaram”, conta Lumertz Silva, Diretor do SEBRAE/SC.¹⁴

Desde essa época, Santa Catarina nunca deixou de ganhar novas indústrias. A década de 80 demonstrou uma inclinação multi-setorial, o que faz com que a economia do Estado seja diversificada e rica. A lógica do crescimento da micro e pequena empresa é direcionada às vendas para o mercado externo, pois há limitações de consumo no Estado, em função dos hábitos rurais muito presentes no consumidor catarinense.

Da mesma forma, no quadro 15 identifica-se as principais empresas exportadoras em 1992 e 1993. Analisando-as, constata-se que se tratam de empresas de grande porte que, em 1992 foram responsáveis por US\$ 987.553.600 contra US\$ 809.027.947 representado por OUTRAS, notadamente à média e à pequena empresa com participação de 45,03% do valor das exportações.

Em 1993, esses valores representam US\$ 1.106.657.007 para OUTRAS, notadamente a pequena e média empresa, contra o valor total das exportações do Estado que foi de US\$ 2.200.833.486, o que representa 50,28%.

¹⁴ DIÁRIO CATARINENSE, Caderno de Economia de 10.04.94.

QUADRO XV - SANTA CATARINA

Principais Empresas Exportadoras em 1992 e 1993

DISCRIMINAÇÃO	1993 US\$ FOB	1992 US\$ FOB
Ceval Alimentos S.A.	219.389.621	168.736.703
Empresa Bras. de Compressores S.A., Embraco	212.064.346	183.670.769
Perdigão Agroindustrial S.A.	112.133.233	104.188.796
Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio	109.741.353	89.533.309
Souza Cruz Trading S.A.	80.580.903	95.754.726
Hering Têxtil S.A.	70.641.236	68.678.920
Companhia Têxtil Karsten	58.383.424	48.576.746
Chapecó Companhia Industrial de Alimentos	54.665.172	47.302.155
Artex S.A. Fábrica de Artefatos Têxteis	48.266.805	43.409.369
Indústria de Fundação Tupy S.A.	46.417.488	36.927.988
Teka Tecelagem, Kuehnrich S.A.	43.953.007	46.886.418
Multibrás S.A. Eletrodomésticos (Consul S.A.)	37.939.801	53.887.701
Outras	1.106.657.007	809.027.947
Total das Exportações no Período	2.200.833.486	1.796.581.547

Fonte: SECEX/STIC/Sistema Alice - Elab: STM/GEACE

3.1 - A Legislação da Pequena Empresa e suas Implicações

O Estatuto da Microempresa, criado através da Lei nº. 7.256, de 27.11.84 e regulamentado pelo Decreto nº. 90.880, de 30.01.85:

"... tem como base o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial.

objetivando facilitar a constituição e o funcionamento de unidades produtivas de pequeno porte, visando o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.”
(LAMONTE, 1985, p. 9)

A referida Lei define a microempresa da seguinte forma:

“... considera-se microempresa a empresa individual ou social que tiver receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 10.000 ORTN's, tomando-se por referência o valor do mês de janeiro do ano-base.”¹⁵

As razões do surgimento do Estatuto da Microempresa, foi motivo de polêmica entre sindicatos, trabalhadores e lideranças empresariais. Aprovado pelo Congresso Nacional durante a Campanha das “DIRETAS JÁ”, desviou a atenção daquelas lideranças. Em seu livro O ESTATUTO DA (CONTRA A) MICROEMPRESA,¹⁶ o autor considerou a Mensagem do Governo Figueiredo, que encaminhou aquele Projeto ao Congresso, como um engodo.

Na ocasião, o parque industrial brasileiro encontrava-se sucateado e obsoleto. As grandes empresas, ao se modernizarem, comenta o autor, transformaram seus ex-empregados em microempresários, transferindo aos mesmos, as máquinas e os equipamentos obsoletos, com a finalidade de fabricarem peças e utensílios, iniciando assim, a terceirização, em troca do FGTS com as demissões e financiando o restante em troca do fornecimento “direto e exclusivo” às mesmas.

Com as facilidades criadas pelo Estatuto da Microempresa, comenta o autor, a esposa do médico adquire uma máquina de tricô e se transforma numa microempresária, somente para “lavar” o dinheiro cobrado pelas consultas “sem-recibo” que o médico fazia.

¹⁵ LAMONTE, S. N. *O estatuto da microempresa*, Edit. Saga, 1985.

¹⁶ Op. cit.

Com base no Estatuto da Microempresa, governos dos Estados e dos Municípios criaram Leis específicas, objetivando ampliar os benefícios e isenções às microempresas. O autor relata, que, tais benefícios e isenções criam custos e, quem os paga?

Em Santa Catarina, no governo de Esperidião Amim, o lema era GOVERNAR PARA OS PEQUENOS.

Transcorridos alguns anos, superada a fase de transferência de tecnologia ultrapassada das grandes empresas para as pequenas, a capacidade do pequeno empreendedor e a consciência da sociedade como um todo, bem como o avanço tecnológico ocorrido, superou o problema e foi melhorando as condições de vida da pequena empresa.

Atualmente, vemos esse ramo produtivo como de grande importância para o crescimento da economia, geração de empregos e o desenvolvimento da sociedade, principalmente em Santa Catarina, que é o que o presente trabalho pretende demonstrar.

O Estado de Santa Catarina, dadas as suas peculiaridades já relatadas e descritas anteriormente, a pequena empresa surgiu de modo a dar suporte ao funcionamento das demais, tal como se verifica no setor agroindustrial que se utiliza do sistema integrado produtor-indústria, bem como no setor industrial, onde, a cada dia, adota a terceirização como fator redutor de custos e propicia a sobrevivência à pequena empresa, que proliferou em grande número no Estado.

Na administração do Estado, 1991/1994, a legislação da micro e pequena empresa foi alterada, isentando-as, de apenas 50% do ICMS.

Em 1994, já se fazia sentir as dificuldades no setor. A reportagem do Diário Catarinense de 10.04.94 - Caderno de Economia - mostra as seguintes conclusões:

"As microempresas de Santa Catarina estão vivendo a sua maior crise, com demissões em massa e quebraadeira de estabelecimentos de todos os ramos. Para escapar da recessão e aumentar sua renda mensal, os catarinenses apostaram na criação de negócios próprios. Mas a alta carga tributária imposta pelo Governo passou a consumir pelo menos 30% do faturamento. São 57 impostos, taxas e contribuições estaduais e municipais que incidem sobre a microempresa.

São dois mil pequenos negócios criados por mês em Santa Catarina, representando 70% do total de empresas existentes no Estado. Da mesma forma que surgem, as microempresas desaparecem. Pela atual legislação, as pequenas ou grandes empresas pagam as mesmas alíquotas de impostos. A diferença entre elas é que as pequenas têm 50% de desconto no recolhimento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). De acordo com dados coletados pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), 63% dessas empresas fecham as portas antes mesmo de completar cinco anos de atividade."

A Lei nº. 9.830, de 16 de fevereiro de 1985, voltou a conceder tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e à empresa de pequeno porte no campo do ICMS. (Anexo 1)

3.2 - Número de Empresas por Ramos Industriais, Porte e Pessoal Empregado

O quadro 16 mostra o número de trabalhadores na indústria por gênero industrial e porte em 1991. Da análise do mesmo verifica-se que a pequena (micro e pequena) nos diversos segmentos industriais do Estado de Santa Catarina, empregam 118.907 trabalhadores, o que representa 32% sobre o número total de pessoal empregado na indústria do Estado. Já a média empresa emprega 94.886 trabalhadores e representa 26% do total empregado, contra 151.416 da grande empresa e que representa 42%.

QUADRO XVI - SANTA CATARINA

Número de trabalhadores na indústria por gênero industrial e porte em 1991

GÊNERO	MICRO	PEQUENA	MEDIA	GRANDE	TOTAL
Indústria Extrativa Mineral	586	2.111	1.578	2.908	7.183
Indústria de Transformação	26.495	74.883	82.649	140.958	324.985
Produtos de Minerais não metal.	2.997	5.681	5.386	8.316	22.380
Metalúrgica	1.879	3.664	3.718	9.805	19.066
Mecânica	1.054	5.459	7.219	11.789	25.521
Material Elétrico e de Comunicação	327	896	2.425	4.698	8.346
Material de Transporte	352	1.323	2.153	2.569	6.397
Madeira	5.448	14.717	10.459	4.448	35.072
Mobiliário	2.733	7.228	5.816	1.258	17.035
Papel e Papelão	114	2.078	4.046	4.886	11.124
Borracha	154	406	356	-	916
Couros, Peles e Produtos Similares	140	433	262	546	1.381
Química	255	1.066	1.739	720	3.780
Produtos Farmacêuticos e Veter.	36	255	260	2.463	3.014
Perfumaria, Sabões e Velas	41	119	-	-	160
Produtos de Matérias Plásticas	299	1.827	7.029	2.996	12.151
Têxtil	819	3.896	9.623	38.146	52.484
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	5.267	12.729	10.552	15.623	44.171
Produtos alimentares	2.746	7.329	7.331	28.775	46.181
Bebidas	159	1.258	760	1.255	3.432
Fumo	35	464	426	1.351	2.276
Editorial e Gráfica	838	2.605	1.686	-	5.129
Diversos	802	1.450	1.403	1.314	4.969
Utilidade Pública	582	1.717	5.035	6.076	13.410
Construção Civil*	3.013	9.520	5.624	1.474	19.631
TOTAL	30.676	88.231	94.886	151.416	365.209

Fonte: Rais 91

* Não incluído os trabalhadores das empreiteiras.

Obs.: Ainda não disponível a Rais/92, segundo o Ministério do Trabalho.

Para melhor caracterizar a participação da pequena empresa no processo de crescimento econômico de Santa Catarina, bem como a geração de empregos por parte das mesmas, apresenta-se no Quadro 17, o número de indústrias por macro-região e porte, em 1991.

Dessa análise, também se conclui que a pequena empresa está distribuída em todas as regiões do Estado, o que se confirma também, a diversificação da economia catarinense.

QUADRO XVII - SANTA CATARINA

Número de indústrias por Macro-Região e porte, em 1991

MACRO-REGIÃO	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	TOTAL
Litoral	5.636	251	24	05	5.916
Vale do Itajaí	11.376	757	130	33	12.296
Alto Vale	2.139	164	23	04	2.330
Oeste	4.136	233	17	02	4.388
Meio Oeste	3.168	295	34	15	3.512
Planalto	2.110	153	18	03	2.284
Norte	7.815	673	145	34	8.667
Sul	7.420	412	64	12	7.908
TOTAL	43.800	2.938	455	108	47.301

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais/91

(1) Segundo a classificação da FIESC

Obs.: Micro: Até 10 empregados. Pequena: de 11 a 100 empregados. Média: de 101 a 500 empregados.

Grande: mais de 500 empregados

No quadro 18 o número de trabalhadores na indústria por macro-região e porte em 1991.

QUADRO XVIII - SANTA CATARINA

Número de trabalhadores na indústria por Macro-Região e porte em 1991

MACRO-REGIÃO	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	TOTAL
Litoral	3.130	6.842	4.554	5.262	19.788
Vale do Itajaí	8.377	21.964	26.730	50.208	107.279
Alto Vale	1.746	4.925	4.685	2.917	14.273
Oeste	3.015	6.100	2.965	2.781	14.861
Meio Oeste	2.715	9.502	6.740	28.524	47.481
Planalto	1.187	4.311	3.871	3.282	12.651
Norte	5.835	20.692	32.435	48.203	107.165
Sul	4.671	13.895	12.906	10.239	41.711
TOTAL	30.676	88.231	94.886	151.416	365.209

Fonte: Ministério do Trabalho - Rais/91

(1) Segundo a classificação da FIESC

Obs.: As grandes indústrias empregam 41,46% da mão de obra fabril catarinense, as médias 25,98%, as pequenas 24,16% e as micro 8,40%.

Verifica-se, dessa análise, que as micro e pequenas empresas são potencialmente geradoras de mão-de-obra, pois o custo da geração de um emprego numa microempresa é muito menor que em uma grande fábrica.

3.3 - Constituição e Extinção de Empresas em Santa Catarina, em 1992 e 1993

QUADRO XIX - SANTA CATARINA

Constituição de Empresas em 1992 e 1993

ESPECIFICAÇÃO	SC			BR		
	1992	1993	%93/92	1992	1993	%93/92
TOTAL	22.873	25.206	10,2	430.665	497.204	15,5
Firmas Individuais	9.319	10.936	17,3	221.604	254.608	14,9
Sociedade Limitadas	13.526	14.252	5,4	207.820	240.981	16,0
Sociedades Anônimas	13	09	-30,8	594	697	17,3
Cooperativas	15	12	-20,0	515	757	47,0
Outros tipos Jurídicos	0	0	0	132	161	22,0

Fonte: Juntas Comerciais

Obs.: Em Santa Catarina foi, em 1993, o 6º estado do Brasil a apresentar maior volume de empresas constituídas.

QUADRO XX - SANTA CATARINA

Extinção de Empresas (com baixas registradas na Junta Comercial) em 1992 e 1993

ESPECIFICAÇÃO	SC			BR		
	1992	1993	%93/92	1992	1993	%93/92
TOTAL	2.995	2.916	-2,6	71.437	61.869	-13,40
Firmas Individuais	1622	1.498	-7,6	41.603	35.806	-13,90
Sociedade Limitadas	1.313	1.403	6,8	29.528	25.886	-12,33
Sociedades Anônimas	54	06	-88,9	246	117	-52,40
Cooperativas	02	01	-50,0	19	26	36,80
Outros tipos Jurídicos	04	08	100,0	42	34	-19,00

Fonte: Juntas Comerciais

Obs.: Em 1993, Santa Catarina ocupou a 4ª posição no rank nacional, em extinção de empresas.

A falta de planejamento e capacitação gerencial impede que o empresário possa identificar e sanar os problemas de sua empresa.

"Segundo o diretor superintendente do Sebrae/SC, Vinícius Lumertz Silva, o empresário precisa conhecer o ramo de negócio que escolheu, caso contrário, não saberá comprar e vender bem, o que acabará prejudicando o desempenho do negócio. Mesmo com todas essas barreiras, as microempresas proliferam - em Santa Catarina, surgem duas mil por mês. Atualmente, elas representam 70% do total das empresas catarinenses. Mas, da mesma forma que surgem, desaparecem." (DIÁRIO CATARINENSE, Caderno de Economia, 10.04.94, p. 4)

CAPÍTULO IV - A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA COMO FATOR DECISIVO PARA INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

A diversificação das atividades fabris, a distribuição das atividades produtivas por todo o território e o elemento humano de qualidade, conferem ao Estado um equilibrado modelo econômico, garantindo-lhe a 6ª posição no valor da transformação industrial e a 5ª no valor das exportações brasileiras.

A reportagem “UM CICLO DE OURO, As Novas Tendências Econômicas no Brasil e no Mundo Favorecem cada vez mais as Pequenas Empresas”, da Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, nº. 72, de janeiro de 1995, relata o seguinte:

“Os países se abrem e a economia se globaliza, as grandes companhias ficam cada vez mais enxutas, enquanto as novas tecnologias de produção de bens e serviços e as teorias modernas da administração elegem definitivamente as pequenas estruturas como as mais funcionais e eficientes.”

Em Florianópolis, o Pólo Tecnológico - TECNÓPOLIS, é um empreendimento que está sendo implantado pelo Governo Estadual. Oferece condições especiais de

investimentos de alta tecnologia e dispõe de mais de 60 laboratórios, centros de pesquisas e uma Escola de Novos Empresários.

O parque Alfa, em implantação numa área de 100.000 m², próximo a duas Universidades, abrigará pequenas e médias empresas de Instrumentação, Telecomunicações, Mecânica de Precisão, Cerâmica Fina e Informática.

A Prefeitura de Balneário Camboriú, com a intenção de se tornar cada vez mais independente, irá instalar em uma área de 120 mil m² um distrito industrial para pequenas e médias empresas.

“O objetivo é atrair empreendimentos que sejam voltados para o turismo, na área de processamento de alimentos, por exemplo, empresas para fornecer comida aos Hotéis da região. Outros empreendimentos visados pelo projeto seriam fábricas de equipamentos náuticos, de artigos têxteis e equipamentos para a construção civil.”¹⁷

Em entrevista à Revista EXPRESSÃO, n.º. 41, de fevereiro/94, o Presidente da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina) Osvaldo Douat, respondeu a seguinte pergunta:

“EXPRESSÃO: Quais são as metas da FIESC para atingir com a sua filosofia de qualidade as pequenas e médias empresas?”

DOUAT: Em primeiro lugar, temos que trabalhar nessa campanha de conscientização. Na verdade, esse programa de seis mil palestras, que envolve 300 Instrutores do SENAI, visa disseminar a idéia e a importância dos programas de qualidade ... E também está preparando pequenos e microempresários, em convênio com o SEBRAE. Através dessas ações pretendemos uniformizar uma linguagem que demonstre claramente que o homem não pode mais ser tratado como mão-de-obra. Ele tem que ser tratado como um ser inteligente que sabe o que faz.”

¹⁷ PEGN, n.º. 72, janeiro/95.

Iniciativas como a da Prefeitura de Balneário Camboriú, do Governo do Estado e de órgãos como a FIESC, o SEBRAE e de pesquisas das Universidades catarinenses, vêm de encontro ao interesse da formação da pequena empresa.

De outro lado, a busca da Qualidade Total por parte das grandes empresas, que intensificam a terceirização, também concorre para que a diversificada economia catarinense busque a melhor opção: crescer, através da participação da pequena empresa. Esse modelo é traduzido na Revista EXPRESSÃO, nº. 49/94, página 9:

"Hoje, as diferenças básicas entre a economia regional e a do Brasil estão na extrema diversificação da produção, na existência de pólos econômicos especializados, na vinculação da indústria com a agropecuária, e na tradição exportadora das empresas. As duas primeiras características estão quase sempre juntas. É comum encontrar em cidades de tamanho médio no interior pelo menos uma grande empresa agregando dezenas de outras médias e pequenas na cadeia de produção, muitas em cidades vizinhas. O fenômeno, geralmente ligado à imigração alemã e italiana e ao minifúndio, cataliza-se na história da empresa familiar reconhecida no país e no exterior."

Essa afirmação reflete o modelo da economia de Santa Catarina.

4.1 - Apoio dos Órgãos Governamentais

Além do apoio tecnológico, o Governo do Estado mantém Programas de incentivo sócio-econômico que estimulam a produção, destacam áreas prioritárias e promovem a modernização do parque industrial catarinense.

Esses objetivos são alcançados com o apoio financeiro a título de empréstimo, com base no valor do ICMS gerado pela nova unidade industrial, através de três Programas básicos com as seguintes características:

- Programa de Desconcentração de Atividades Produtivas - PRODAP - com a finalidade de estimular o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios que integram as regiões do Planalto Serrano, Planalto Norte e Sul Catarinense e municípios com população de até 10.000 habitantes, através da implantação de novos empreendimentos industriais e armazéns de cooperativas cuja implantação ainda não tenha sido iniciada.

- Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC - com a finalidade de estimular a implantação de empreendimentos industriais no Estado de Santa Catarina, objetivando a geração de impostos e a criação de novas oportunidades de emprego.

- Programa de Modernização da Indústria Catarinense - PROMIC - com a finalidade de estimular a implantação de empresas industriais de alta tecnologia, em especial nos campos da eletrônica, cerâmica e química fina, biogenética, automação industrial e mecânica de precisão.

4.2 - Programas de Apoio Financeiro

- Como agente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES o BADESC opera os seguintes programas:

1 - Programa de Qualidade e Produtividade. Objetivo:

Atender aos empreendimentos que propiciem aumento da produtividade e qualidade e se destinem a:

- Adoção de novas técnicas de gerenciamento e de organização da produção:
- Implantação de sistemas de gestão da qualidade e dos projetos dele derivados.

2 - Programa de Apoio à Indústria. Objetivo:

Implantação e expansão da capacidade de empresas do setor industrial, desde que seja constatada a sua competitividade.

3 - Programa de Capacitação Tecnológica. Objetivo:

Gastos com capacitação tecnológica da empresa e o desenvolvimento de produtos e processos.

4 - Programa de Agropecuária. Objetivos:

Atender a instalação e ampliação da capacidade produtiva agropecuária que apresente ganhos de produtividade, privilegiando a importação e a difusão de novos conhecimentos tecnológicos.

5 - Programa de Serviços. Objetivos:

Atender aos empreendimentos destinados à expansão e modernização do setor de serviços, desde que constatada a competitividade da empresa.

6 - Programa de Importação de Máquinas e Equipamentos. Objetivo:

Financiar a importação de máquinas e equipamentos.

Como Agente da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PESQUISAS - FINEP o BADESC opera os seguintes programas:

PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA EMPRESA NACIONAL - ADTEN

Financia projetos de pesquisa básica, aplicada, desenvolvimento experimental, infra-estrutura em P&D, transferência de tecnologia e comercialização pioneira.

PROGRAMA DE APOIO AOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE
CONSULTORIA - AUSC

Financia empresas para que possam contratar serviços de consultoria nacionais para desenvolverem estudos e projetos de pré-investimentos e planejamento.

No quadro abaixo vemos a Evolução das Contratações por Porte de Empresa em Santa Catarina, firmados pelo BADESC, nos anos de 1991, 1992, 1993 e 1994.

**QUADRO XXI - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA
CATARINA S/A - BADESC**

Evolução das Contratações por Porte de Empresa

PORTE	1991		1992		1993		1994	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Micro/Pequena	259	18.887	269	50.129	624	32.419	380	48.955
Média	35	7.794	39	10.314	27	24.726	27	13.324
Grande	46	18.805	44	19.395	36	10.330	43	70.334
TOTAIS	340	45.496	352	79.838	687	67.475	450	132.613

Fonte: BADESC

**QUADRO XXII - PARTICIPAÇÃO % POR PORTE DE EMPRESAS NAS
CONTRATAÇÕES FIRMADAS PELO BADESC. DE 1991 À 1994**

PERCENTAGENS							
1991		1992		1993		1994	
Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
76	42	76	63	91	48	84	37
10	17	11	13	04	37	06	10
14	41	13	24	05	15	10	53
100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BADESC

4.3 - Programas de Apoio Tecnológico

O desenvolvimento de Santa Catarina é fortemente apoiado por entidades que geram, desenvolvem e transferem tecnologias em diferentes áreas, propiciando e estimulando novos empreendimentos e assegurando a competitividade do produto catarinense e o reconhecimento da sua qualidade nos mercados nacional e internacional.

As instituições que atuam nesta área são:

Fundação Centro Regional de Tecnologia, em Florianópolis.

Incubadora Empresarial Tecnológica - IET, em Florianópolis.

Laboratório Brasileiro de Desenvolvimento Industrial - LBDI, em Florianópolis.

Centro de Desenvolvimento Biotecnológico - CDB, em Joinville.

Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto de Santa Catarina - LARS/SC, em Florianópolis.

Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Indústria de Fundição - CPDIF, em Joinville.

Centro de Tecnologia em Cerâmica Avançada - CTCA, em Criciúma.

Centro de Tecnologia Industrial em Química Têxtil - CETIQT, em Brusque.

Centro de Inseminação Artificial - CIA, em Concórdia.

Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa (madeira e mobiliário) - FETEP, em São Bento do Sul.

Centro de Tecnologia em Automação, do SENAL em Florianópolis.

Secundando essas instituições dedicadas às áreas específicas de tecnologia, um leque amplo de serviços de apoio são prestados pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, as Universidades de Blumenau, Itajaí, Tubarão e pela Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa de Joinville.

CAPÍTULO V - SANTA CATARINA E O MERCOSUL

O Mercosul, criado em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, visa beneficiar os quatro países (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), como um todo.

“Com a força de um furacão, o Mercosul já representa o maior bloco econômico do mundo entre países em desenvolvimento. Esse novo e amplo mercado latino-americano abrange uma população próxima a 200 milhões de habitantes e tem um Produto Interno Bruto (PIB) em torno de US\$ 1 trilhão.”¹⁸

Diante desse potencial e das infinitas possibilidades de negócios, de geração de empregos e produção de novas riquezas, as pequenas e médias empresas nacionais não marcaram presença ainda no Mercosul. O que se espera é que, para essas empresas, isso só vai ocorrer quando forem formadas associações, consórcios e parcerias entre empresas e pode representar, num curto espaço de tempo, um importante aprendizado e uma efetiva abertura ao comércio exterior para as pequenas e médias empresas.

¹⁸ Revista O EMPREENDEDOR, n.º. 7, fev./95, p. 12.

Nesse sentido, o SEBRAE vem tomando a iniciativa junto às pequenas empresas de modo a capacitá-las a concorrer com os seus produtos no Mercosul.

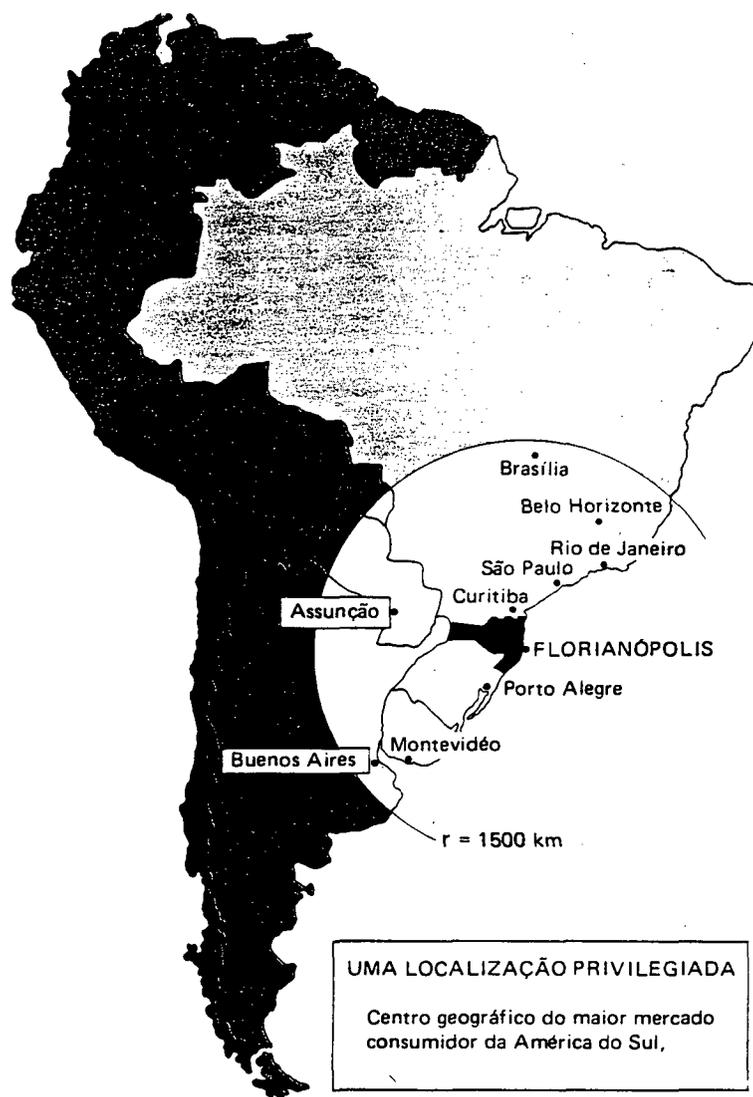
5.1 - Posição Geográfica Privilegiada

O Estado de Santa Catarina está posicionado no centro geográfico do Mercosul, ficando equidistante dos principais mercados, que são a região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo) e as cidades de Buenos Aires, Montevidéu e Assunção.

Este centro está definido num raio de 1.500 km conforme se observa na ilustração seguinte.

Diante dos problemas a serem acertados entre os países que compõem o Mercosul, uma briga silenciosa vem sendo travada principalmente no campo político, quanto a definição da Capital do Mercosul.

Nesse sentido, Florianópolis prepara-se para ser eleita a Capital do Mercosul, o quarto Bloco Econômico do Mundo.



5.2 - Exportações de Santa Catarina para o Mercosul

Embora as pequenas e médias empresas ainda não tiveram acesso a esse Mercado, Santa Catarina já dá provas de que seu potencial produtivo poderá atingi-lo em um curto espaço de tempo.

No quadro abaixo, vemos os principais países importadores de produtos catarinenses em 1992 e 1993.

QUADRO XXIII - SANTA CATARINA

Principais Países Importadores de Produtos Catarinenses em 1992 e 1993

DISCRIMINAÇÃO	1993 US\$ FOB	1992 US\$ FOB
Estados Unidos	378.284.371	301.430.532
Alemanha	258.543.015	207.034.987
Argentina	183.638.564	131.147.810
Arábia Saudita	130.165.995	75.410.363
Reino Unido	97.380.949	109.603.313
Itália	77.053.353	93.141.618
Paraguai	64.101.263	39.804.248
Japão	63.095.177	63.139.514
Outros	948.570.799	775.869.162
TOTAL	2.200.833.486	1.796.581.547

Fonte: SECEX/DTIC/Sistema Alice - Elab: STM/GEACE

No quadro seguinte vemos o valor das exportações de Santa Catarina para os países do Mercosul, as quais passaram de 10,99% em 1992 para 13,32% em 1993.

QUADRO XXIV - SANTA CATARINA**Exportações Catarinenses para Países do MERCOSUL em 1992 e 1993 (US\$ FOB)**

DISCRIMINAÇÃO	1993(A)	1992(B)
Exportações Globais	2.200.833.486	1.796.581.547
Argentina	183.638.564	131.147.810
Paraguai	64.101.263	39.804.248
Uruguai	45.414.310	26.415.548
Total Mercosul	293.154.137	197.367.606

Fonte: SECEX/DTIC/Sistema Alice - STM/GEACE

CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 - Conclusão

O presente trabalho analisou a evolução da economia catarinense a partir dos anos 90, destacando a participação da pequena empresa nesse processo.

Verifica-se que o Estado de Santa Catarina, apesar de sua pequena extensão territorial, também se caracteriza pela existência de um grande número de pequenas empresas, as quais, atuam fortemente no setor industrial, comércio e prestação de serviços, contribuindo, dessa forma, para o crescimento econômico e social do Estado, tanto na produção quanto na geração de empregos.

De um total de 47.301 indústrias instaladas no Estado em 1991, apenas 108 são de grande porte, enquanto 43.800 são microempresas, 2.938 são de pequeno porte e 455 são de médio porte.

Da mesma forma, a microempresa emprega 30.676 pessoas no setor industrial, o que representa 8% do total de empregados; a pequena empresa emprega 88.232 pessoas equivalente a 24% e a de médio porte 94.886, contribuindo com 26% do nível de emprego do Estado.

Excluindo-se as empresas de grande porte que empregam 42% da força de trabalho na indústria catarinense, constata-se que a pequena empresa contribui com 58% do nível de emprego no setor industrial do Estado.

Esses dados registrados na economia do Estado revelam que o empresário catarinense é dinâmico e inovador, além de optar por produzir produtos de qualidade destinados

a competir no comércio internacional, colocando o Estado na 5ª posição do valor das exportações brasileiras.

No geral, a microempresa catarinense participa com 40% na formação do PIB do Estado. Ações governamentais, através de Programas de Apoio Financeiro e Tecnológico, muito têm contribuído para esse processo. Atualmente, a Lei nº. 9.830, de 16 de fevereiro de 1995, classifica a microempresa como aquela que tem receita bruta anual igual ou inferior a 70 mil UFR e a de pequeno porte, superior a 70 mil ou inferior a 115 mil UFR e isenta as mesmas do recolhimento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Se, de um lado o Estado deixa de arrecadar o ICMS das micro e pequenas empresas, de outro, elas têm a oportunidade de se capitalizarem mais e, por via de regra, crescerem, o que implica no aumento da produção, geração de mais empregos e crescimento econômico do Estado.

Conclui-se, portanto, que esse desenvolvimento do Estado a partir dos anos 90, foi fortemente impulsionado pela participação da pequena empresa que apoiados por entidades que geram, desenvolvem e transferem tecnologias em diferentes áreas propiciaram e estimularam novos empreendimentos, assegurando a competitividade do produto catarinense e o reconhecimento de sua qualidade nos mercados interno e externo.

6.2 - Recomendações

A pequena empresa catarinense tem dado provas da sua capacidade produtiva, bem como da qualidade do seu produto.

Assim sendo, recomenda-se que as mesmas utilizem-se do benefício concedido pela Lei nº. 9.830, de 16 de fevereiro de 1995, de modo a capitalizarem-se e proporcionar ao Estado um maior crescimento.

Recomenda-se, ainda, que pequenas empresas formem associações, grupos, consórcios e parcerias, de modo a competirem de forma mais atuante no Mercosul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIÁRIO CATARINENSE. **Caderno de Economia** de 07.11.93.

_____. **Caderno de Economia** de 20.03.94.

_____. **Diário Especial** de 09.05.94.

_____. **Caderno de Economia** de 20.11.94.

_____. De 20.12.94, p. 19.

_____. De 27.12.94, p. 23.

O MAPA DO TESOURO, publicação do Governo do Estado de Santa Catarina, 1989.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Nova Cultural, 1988.

SANTA CATARINA, O BRASIL QUE A GENTE QUER. Governo do Estado de Santa Catarina, 1993.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Real gera explosão de microempresas**. 28.08.94.

SANTA CATARINA, UM BOM NEGÓCIO. Governo do Estado de Santa Catarina, 1989.

SANTA CATARINA EM DADOS. FIESC, 1993.

OS CATARINENSES TÊM ESTA FORÇA. BADESC, 1994.

SEPLAN. **Geoeconomia de Santa Catarina**. Diretoria de Geografia e Estatística, 1994.

ANOTAÇÕES DE AULA. **Economia catarinense**. Disciplina CNM 5358.

LOPES DE SÁ, A. **A produtividade e a eficiência nos pequenos e médios negócios**. Ediouro, 1993.

MENDES RIBEIRO, C. R. **O estatuto da (contra a) microempresa**. Alfa-Ômega, 1985.

LAMONTE, S. N. **Microempresa, constituição e legislação**. Sagra, 1985.

TUDO SOBRE MICROEMPRESA. LEGISLAÇÃO FEDERAL. ESTADUAL E MUNICIPAL. Gráfica Auriverde Ltda., 1989.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Apostila, Departamento de Comércio Exterior e Investimentos, 1992.

POSIÇÃO: A Grandeza da Empresa Catarinense. Secretaria da Indústria e Comércio, 1982.

DE FARIA, Lauro Vieira & FIORAVANTE, Moacyr. A última década. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

REVISTAS

EMPREENDEDOR, nº. 7, fev./95.

PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES NEGÓCIOS, nº. 38, mar./92.

_____. nº. 72, jan./95.

EXPRESSÃO, nº. 39, dez./93.

_____. nº. 41, fev./94.

_____. nº. 42, mar./94.

_____. nº. 45, jun./94.

_____. 300 maiores do sul. nº. 49/94.

SANTA CATARINA. Prospecto do Governo do Estado de Santa Catarina, 1993.

ANEXO

DIÁRIO OFICIAL



ESTADO DE SANTA CATARINA



0 LXI

FLORIANÓPOLIS. (QUINTA-FEIRA) 16 DE FEVEREIRO DE 1995

NÚMERO 15.127

SUMÁRIO

Gov. do Estado	01
os do Poder Legislativo	
os do Poder Executivo	
abinete do Governador	
abinete do Vice-Governador	
SECRETARIAS DE ESTADO	
Administração	03
sa Civil	
ultura e Comunicação Social	
envolvimento Econômico, Científico Tecnológico	
envolvimento Rural e da Agricultura	04
envolvimento Social e da Família	
envolvimento Urbano e Meio Ambiente	0404
ucação e Desporto	
traordinária para a Implantação do Programa de ualidade e Produtividade no Serviço Público	
traordinária para Integração do Mercosul	0505
ustícia e Cidadania	
este	05
saúde	
segurança Pública	06
ransportes e Obras	
ntarquias Estaduais	0808
ndações Estaduais	10
conomias Mistas	12
ribunal de Contas	12
eparções e Autarquias Federais	
refeituras Municipais	14
âmaras Municipais	
ublicações Diversas	15

GOVERNO DO ESTADO

N.º 9.830, de 16 de fevereiro de 1995

Dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e à empresa de pequeno porte no campo do ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado de Santa Catarina que a Assembléia Legislativa decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º A microempresa e a empresa de pequeno porte é assegurado o tratamento diferenciado e simplificado previsto nesta Lei, em relação às obrigações principal e acessórias do ICMS.

Parágrafo único Para usufruir do tratamento previsto nesta Lei, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverão obter o seu prévio enquadramento, na forma prevista no regulamento.

Art. 2.º Para os fins desta Lei, a pessoa jurídica ou a firma individual, que no ano de seu enquadramento e no ano anterior, se nele existente, tiver a receita bruta anual:

I - igual ou inferior a 70.000 (setenta mil) Unidades Fiscais de Referência - UFR, é considerada microempresa;

II - superior a 70.000 (setenta mil) e igual ou inferior a 115.000 (cento e quinze mil) Unidades Fiscais de Referência - UFR, é considerada empresa de pequeno porte.

§ 1.º A receita bruta prevista nesta artigo:

I - será determinada em função do ano civil, tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelo valor da Unidade Fiscal de Referência - UFR, vigente nos respectivos meses;

II - terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade, quando o início das operações ocorrer após o mês de janeiro, quando o encerramento delas ocorrer antes do mês de dezembro ou quando as mesmas forem suspensas durante um ou mais meses do ano civil;

III - compreenderá:

a) as vendas de mercadorias e serviços;

b) as receitas não operacionais, delas excluindo, para efeitos de apuração da receita bruta, as receitas financeiras decorrentes de juros, correções monetárias e descontos, bem como as receitas eventuais, não decorrentes da atividade principal da empresa;

c) as receitas auferidas, em conjunto, por todos os estabelecimentos da mesma empresa, dentro ou fora do território catarinense;

d) as receitas próprias e as auferidas pelo fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços adquirido pela empresa, quando a mesma continuar a respectiva exploração, sob o mesmo ou outro nome comercial;

e) as vendas de bens adquiridos para integrar o ativo imobilizado, salvo quando ocorridas após o uso normal a que se destinavam, considerando-se como tal o decurso de período não inferior a 12 (doze) meses.

§ 2.º Para efeito de apuração da receita bruta anual, será sempre considerado o período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro do ano civil.

Art. 3.º Não se inclui no regime previsto nesta Lei:

I - a sociedade por ações;

II - a firma individual de propriedade de pessoa, de filhos menores e de cônjuge de pessoa que seja sócia ou acionista de qualquer sociedade comercial, ressalvada a participação de até 5% (cinco por cento);

III - a sociedade comercial:

a) de cujo capital participe outra sociedade comercial;

b) que seja sócia ou acionista de outra sociedade comercial, ressalvada a participação de até 5% (cinco por cento);

IV - a sociedade comercial de cujo capital participe:

a) titular de firma individual, filhos menores ou seu cônjuge;

b) sócio ou acionista de outra sociedade comercial, filhos menores ou seu cônjuge, ressalvada a participação de até 5% (cinco por cento):

V - a pessoa jurídica ou a firma individual que:

a) realize operações relativas à circulação de produtos primários, em estado natural ou simplesmente beneficiados, assim definidos em regulamento, excetuando-se a empresa que realize exclusivamente operações de saída desses produtos com destino a consumidor final, localizado neste Estado;

b) presta serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

c) realize operações com veículos automotores, novos ou usados;

d) mantenha relação de interdependência com outra empresa.

§ 1º O disposto nos incisos II e III, alínea "b", não se aplica à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras associações semelhantes.

§ 2º Para os fins do inciso V, alínea "a", equiparam-se a consumidor final os bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

Art. 4º As microempresas, conforme definidas nesta Lei, ficam isentas do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

§ 1º O benefício previsto neste artigo não se estende:

I - às operações com mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, ressalvado, quanto à comercialização de produtos por ela industrializados, o imposto de responsabilidade própria;

II - As entradas de produtos importados do exterior;

III - ao imposto devido por responsabilidade tributária e o diferido em etapas anteriores.

§ 2º A pessoa jurídica ou a firma individual perderá a condição de microempresa após quatro anos contados:

I - da data de seu enquadramento como microempresa;

II - da entrada em vigor desta Lei, se já enquadrada como microempresa.

§ 3º A microempresa desenquadrada nos termos do parágrafo anterior, que tiver receita bruta anual inferior a 70.000 (setenta mil) UFR; recolherá o imposto com redução da base de cálculo de 75% (setenta e cinco por cento) e ficará sujeita às regras aplicáveis às empresas de pequeno porte.

Art. 5º As empresas de pequeno porte terão reduzida a base de cálculo do ICMS:

I - em 75% (setenta e cinco por cento), quando a receita bruta anual for superior a 70.000 (setenta mil) UFR e inferior ou igual a 85.000 (oitenta e cinco mil) UFR;

II - em 50% (cinquenta por cento), quando a receita bruta anual for superior a 85.000 (oitenta e cinco mil) UFR e inferior ou igual a 100.000 (cem mil) UFR;

III - em 25% (vinte e cinco por cento), quando a receita bruta anual for superior a 100.000 (cem mil) UFR e inferior ou igual a 115.000 (cento e quinze mil) UFR.

Art. 6º O imposto devido pela empresa de pequeno porte será recolhido até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam isentas do pagamento do ICMS devido na entrada de bens destinados ao seu ativo imobilizado, quando:

I - importados do exterior, desde que isentos do imposto de importação ou do imposto sobre Produtos Industrializados ou tributados por esses impostos com alíquota zero;

II - oriundos de outro Estado, relativo à diferença entre as alíquotas interna e interestadual.

Art. 8º O Poder Executivo promoverá simplificação das obrigações acessórias a cargo da microempresa da empresa de pequeno porte.

Art. 9º A partir do momento em que deixar de preencher as condições para seu enquadramento no regime previsto nesta Lei, a microempresa e a empresa de pequeno porte ficarão sujeitas ao regime de apuração e às obrigações tributárias do ICMS, principal e acessórias, aplicáveis aos demais contribuintes.

Parágrafo único. O contribuinte que perder a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicar o fato ao órgão fazendário a que for jurisdicionado, promovendo sua alteração cadastral.

Art. 10 Será cancelado o registro de microempresa ou de empresa de pequeno porte que:

I - da pessoa jurídica e da firma individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou mantiver-se enquadrada indevidamente;

II - que reincidir na prática da mesma infração à legislação tributária.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso II, não se considera reincidente a infração posterior cometida após dois anos, contados da decisão administrativa que não caiba recurso, que houver confirmado a multa imposta.

Art. 11 Aplica-se à microempresa e à empresa de pequeno porte, as penalidades previstas para os demais contribuintes.

§ 1º É devido o imposto e seus acréscimos legais, independentemente de ultrapassar o limite de isenção para a microempresa ou a alteração de faixa de enquadramento de redução da base de cálculo para a empresa de pequeno porte, quando ocorrer a prática de qualquer infração à legislação tributária.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior considera-se como data de vencimento da obrigação tributária prevista no artigo 6º.

Art. 12 Fica assegurado ao estabelecimento que se desenquadrar da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, ou que for desenquadrada de ofício, o direito aos créditos de ICMS relativos às mercadorias que possuir em estoque, observado o disposto no artigo 13.

Art. 13 A microempresa e a empresa de pequeno porte poderão manter o crédito do imposto oriundo de suas aquisições de mercadorias, proporcionalmente às suas vendas, contribuintes do ICMS, destinadas à comercialização ou industrialização.

§ 1º Os créditos acumulados, na forma deste artigo, poderão ser transferidos para seus fornecedores situados neste Estado, a título de pagamento das aquisições de mercadorias ou insumos que serão utilizados para comercialização ou industrialização ou destinados ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 2º Os créditos aproveitados na forma deste artigo deverão ser excluídos para fins da apropriação de créditos a que se refere o artigo 12.



IOESC

Diretor-Geral
NERY CLITO VIEIRA

Diretor Administrativo e Financeiro
LEODI BERNARDINO COVATTI

Diretor de Planejamento e Coordenação
JOSÉ FEMINELLA NETO

Diretor Industrial
AMBROSIO PAZÉTO

SEDE: Rua Duque de Caxias, 251 - São José Lindos
Ca. 29.123 - Tel. (51) 324-0244
90045-200 - Florianópolis - SC

AGÊNCIA: Rua Tenente Silveira, 51 - Sala 4 e B
Edifício Hércules - Centro - Tel. (51) 322-8470
90010-300 - Florianópolis - SC
COP 53 531 959-0001-59

PREÇO DE PUBLICAÇÕES EM LAUDA-PADRÃO
A PARTIR DE 500 EXEMPLARES

- Modelo 1 (cm) (balanços, relatórios, demonstrativos, parcerias) R\$ 18,50
- Modelo 2 (cm) (atas, livros, editais) R\$ 5,50
- Extrato de Estatuto (Entidades Sem Fins Lucrativos) (espaço até 10cm) R\$ 24,30

As "laudas-padrão" podem ser adquiridas na IOESC (sede ou agência) ao preço de R\$ 0,09 (modelo 1), R\$ 0,07 (modelo 2 - 32cm) e R\$ 0,08 (modelo 2 - 6cm).

PREÇO DAS ASSINATURAS

- Com rubrica postal R\$ 44,00
- Com endereço postal R\$ 73,50

A subscrição de assinaturas deste jornal pode ser feita diretamente na IOESC (sede ou agência) ou através da depositária encaminhando em anexo cheque nominal no valor correspondente ao número de assinaturas desejadas. A subscrição poderá ser feita também nos escritórios regionais da Junta Comercial - JUCESC. A IOESC não possui outros representantes autorizados para este fim.

PREÇO DE VENDAS AVULSAS

- Exemplar R\$ 0,4
- Após 30 dias R\$ 0,6

REMESSA DE MATÉRIAS

As matérias a serem publicadas no Diário Oficial somente serão aceitas se apresentadas nas "laudas padrão" da IOESC (modelos 1 e 2), de acordo com as instruções de preenchimento. Os folhetos serão aceitos desde que correspondam ao formato da página inteira (255 x 315mm) e apresentem uma composição com tamanho mínimo corpo 7. A IOESC se reserva o direito de recusar a publicação de matérias apresentadas em desacordo com suas normas.

Art. 14 Ressalvado o disposto nesta Lei, aplica-se à microempresa e à empresa de pequeno porte, no que couber, as disposições da Lei nº 7.547, de 27 de janeiro de 1989, e das demais normas relativas ao ICMS.

Art. 15 Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 16 Fica revogada a Lei nº 8.378, de 25 de outubro de 1991 e demais disposições em contrário.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 1995
PAULO APOUNSO EVANGELISTA VIEIRA

COSME POLESE
MILTON MARTINI
HEBE TEREZINHA NOGARA
NERI DOS SANTOS
DEJANDIR DALPASQUALE
FERNANDA MARIA BARRETO BORNHAUSEN SA
ADEMAR FREDERICO DUWE
JOÃO BATISTA MATOS
NEUTO FAUSTO DE COMTO
PERICLES LUIZ MEDEIROS PRADE
RONALD MOURA FIUZA
LÓCIA MARIA STEFANOVICH
JOSÉ AUGUSTO HÜLSE
HENRIQUE DE OLIVEIRA WEBER

SECRETARIAS DE ESTADO

ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO,
de suas atribuições resolve baixar as seguintes
dicas:

RIA N. 0473 - de 18/02/95
DER EXONERAÇÃO, art. 189, L. 8745/85,
rme processo SEAP-1973/85-9. IZOLETE
IÇÃO BARCELOS DA SILVA, matrícula n.
55-8-01, do cargo de Agente de Serviços
s, código 788, nível ONA-D1, Referência
tado nota) SED, a partir de 01.02.95.

Hebe Terezinha Nogarã,
Secretária de Estado
da Administração

XXX

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINIST. DE MAT. E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO Nº 002/95

Secretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, da Secretaria de Estado da
Administração, torna público que fará re-
a Licitação abaixo:

AL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2009/95
co: Contratação de Seguros
da Abertura: 03 de março de 1995, a
ir das 15:30 horas;

lital encontra-se a disposição dos intere-
ados no Setor de Protocolo, a rua Te-
e Silveira, 162 - Edifício das Direto-
em Florianópolis/SC.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

10MP 227/957

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADM. DE MATERIAIS E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Secretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, comunica aos interessados, o
resultado da seguinte Licitação:

EDITAL DE CONVITE Nº 1001/95
Objeto: DISQUETE "7420".
Item : 01 - SPP NEMO S.A. COMERCIAL
EXPORTADORA.
Valor Adjudicado: R\$ 1.771,92
Valor Total Adjudicado: R\$ 1.771,92

Florianópolis/SC, 14 de Fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADM. DE MATERIAIS E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, comunica aos interessados, o
resultado da seguinte Licitação:

EDITAL DE CONVITE Nº 1002/95
Objeto: GUARNICAO DE CAMA MESA E BANHO.
Itens : 01,02 - COMERCIO DE UTILIDADES
BLUMENAU LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 5.289,35
Item : 03 - TECIDOS BABIE LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 3.482,40
Valor Total Adjudicado: R\$ 8.771,75

Florianópolis/SC, 14 de Fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADM. DE MATERIAIS E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, comunica aos interessados, o
resultado da seguinte Licitação:

EDITAL DE CONVITE Nº 1003/95
Objeto: FOSFORO, BARRANTE E FILTRO DE PAPEL
PARA CAFÉ.
Itens : 01 e 03 - TAF ATACADO DE ALIMENTOS
E BEBIDAS LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 1.182,17
Item : 02 - CESTA BÁSICA CATARINENSE LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 1.128,20
Valor Total Adjudicado: R\$ 2.310,37

Florianópolis/SC, 14 de fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADM. DE MATERIAIS E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, comunica aos interessados, o
resultado da seguinte Licitação:

EDITAL DE CONVITE Nº 1004/95
Objeto: ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE PES-
SOAL.
Item : 03 - TAF ATACADO DE ALIMENTOS E BE-
BIDAS LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 3.778,44
Item : 01 - AGM COMERCIO DE PROD. E SERV.
DE LIMPEZA LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 84,00
Item : 02 - HILL DISTRIB. DE PAPEIS S.A.
Valor Adjudicado: R\$ 9.945,60
Valor Total Adjudicado: R\$ 13.808,04

Florianópolis/SC, 14 de fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADM. DE MATERIAIS E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, comunica aos interessados, o
resultado da seguinte Licitação:

EDITAL DE CONVITE Nº 1005/95
Objeto: ALCOL E SODA CAUSTICA.
Item : 02 - TAF ATACADOS DE ALIMENTOS E
BEBIDAS LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 155,76
Item : 01 - CESTA BASICA CATARINENSE LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 2.348,26
Valor Total Adjudicado: R\$ 2.704,02

Florianópolis/SC, 14 de Fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADM. DE MATERIAIS E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, comunica aos interessados, o
resultado da seguinte Licitação:

EDITAL DE CONVITE Nº 1006/95
Objeto: UTENSILIOS P/ SERVIÇO DE MESA.
Itens : 01,02 - RECOUVEUX COMERCIO E
REPRESENTAÇÕES LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 15.539,00
Item : 03
DESERTO
Valor Total Adjudicado: R\$ 15.539,00

Florianópolis/SC, 14 de Fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADM. DE MATERIAIS E SERVIÇOS
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Administração de Materiais e
Serviços-DIAM, comunica aos interessados, o
resultado da seguinte Licitação:

EDITAL DE CONVITE Nº 1007/95
Objeto: SACOS E BOLSA.
Itens : 02,03,04 - INIPLASA - INDUSTRIA
MIENKOTTER DE PLASTICOS S.A..
Valor Adjudicado: R\$ 4.622,58
Item : 01 - COMERCIO DE UTILIDADES
BLUMENAU LTDA.
Valor Adjudicado: R\$ 1.128,10
Valor Total Adjudicado: R\$ 5.750,68

Florianópolis/SC, 14 de Fevereiro de 1995.

Reinaldo D. Ramos
Gerente/GELIC

Wilson Dotta
Diretor/DIAM

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS E MONOGRAFIAS

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

1 - PARTE ESCRITA

1.1) CONTEÚDO:

a) Objetivo do Estudo - (na área econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

b) Metodologia -

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar seus objetivos

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

c) Corpo de Trabalho -

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

Item 1.1) Média $(a+b+c/3) = 6,5 \dots \times 5,0$ (peso) = 32,5

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto:

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, anexos, abreviaturas, referências bibliográficas, etc. seguiram as normas técnicas.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

Item 1.2) Média $(a+b/2) = 6,5 \dots \times 2,0$ (peso) = 13

2 - PARTE ORAL

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5) $\times 3,0$ (peso) = 19,5

NOTA FINAL : 1) PARTE ESCRITA - (item 1.1) =

- (item 1.2) =

2) PARTE ORAL ----- =

Soma (Partes 1+2) = 65

Soma/10 (Nota Final) = 6,5

Parecer da Banca:

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof. ARMANDO LUDON Ass. [Assinatura]
 2. (Membro) Prof. RENATO R. CAMPOS Ass. [Assinatura]
 3. (Membro) Prof. Idaleto M. Silveira Ass. [Assinatura]
 Nome do Aluno Odilon Agenor da Silva Data Defesa:/...../.....